Acervo ISA

Fonte: Diário de Cuiabá
Data: 3/12/96 Pg.
Class.

LUX JORNAL | DIÁRIO DE CUIABÁ CUIABÁ — MT | PUBLICADO EM: 3 DEZ 1996

190 | 142 | L

ESPECIAL

Juiz vê 'escandalosa omissão' do governo federal em Sararé

Alexandre Laranjeira adverte, em despacho, que União tem 'desprezado' o poder de polícia na proteção de reserva

José Luiz Medeiros

Juiz vê "escandalosa omissão" do governo federal na proteção de áreas indígenas. Em Sararé, a omissão permite ação livre de garimpeiros e madeireiros

RUBENS VALENTE
Do Enviado Especial à Reserva Sararé

DOCUMENTO SARARÉ EXCLUSIVO

O juiz da 1ª Vara Federal, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, responsabiliza, em despacho, o governo federal pelo abandono da Reserva Sararé dos índios nhambiquaras, a 540 km de Cuiabá. Segundo ele, o exercício do Poder de Polícia na terra indígena compete à União Federal, mas vem sendo "inexplicavelmente relegado ao mais absoluto desprezo".

A Sucursal do DIÁRIO DE CUIABÁ em Brasília procurou ontem o ministro da Justiça, Nelson Jobim, mas ele não foi localizado em seu gabinete, à tarde. O juiz observa "escandalosa omissão" do Executivo Federal quanto à proteção das terras indígenas.

O despacho do juiz _ expedido no último dia 27 _ é o mais recente movimento na ação civil pública aberta em 93 pela Procuradoria da República para a retirada dos invasores e apuração de roubo de madeira nobre na reserva. No dia 20, o procurador José Pedro Taques, requisitou no processo a notificação do ministro da Justiça, Nelson Jobim, para que "forneça meios" para a Polícia Federal fazer a desintrusão da área. A PF em Mato Grosso alega falta de recursos humanos e financeiros.

O procurador tentava fazer valer os efeitos da liminar expedida em 25 de novembro de 93 pelo juiz federal, que provocou uma grande operação de retirada dos invasores, em dezembro do mesmo ano. Segundo Taques, a situação em Sararé acabou virando "verdadeira novela (...), que se apresenta como cômica, se não fosse trágica".

Para o procurador, os órgãos envolvidos estão desgastados. "A Funai denuncia, o Parquet Federal (Ministério Público) requer, o Juízo determina, a Polícia Federal faz a desintrusão, os invasores retornam".

O pedido de notificação do ministro da Justiça não foi atendido pelo juiz Alexandre Laranjeira, sob alegação de que seria "juridicamente impossível", já que os atuais invasores da reserva seriam outros, que não os citados como réus na ação civil pública movida em 93.

O juiz acha que, se a Justiça continuar determinando ações "auto-executórias" (que devem ser feitas independentemente de ordem judicial), estará em "substituição permanente à Funai e à União Federal", em relação à salvaguarda dos direitos das comunidades indígenas no País.

Em seu despacho, o juiz advertiu que os responsáveis pelos órgãos federais que estão deixando de resguardar a Reserva Sararé podem ser responsabilizados civil e penalmente.

A ação movida pela Procuradoria culminou na identificação de 31 réus, acusados de participação direta ou indireta no roubo de madeira da área _ a maioria, pessoas flagradas pela Polícia Federal ou órgãos de fiscalização ambiental, como Ibama, com carregamentos ilegais de mogno e cerejeira. Dos 31 réus, a Justiça Federal conseguiu intimar apenas 16 até agora, o que prejudica o andamento do processo. Entre os acusados, há proprietários de fazendas que fazem limites com a Sararé e que estariam dando apoio aos invasores.

Ongs pedem apoio do Congresso na defesa de reserva

Do Enviado Especial

Representantes de quatro Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas reuniram-se ontem com o deputado federal Gilney Viana (PT) para articular uma visita à Reserva Sararé. O deputado encarregou-se de criar, no Congresso Nacional, uma comissão encarregada de inspecionar a área indígena.

O deputado _ que é presidente da comissão de defesa do consumidor e minorias do Congresso _ informou ontem ao DIÁRIO que vai tomar duas providências imediatas sobre a reserva: procurar os ministros Nelson Jobim, da Justiça, e Gustavo Krause, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e tentar criar uma comissão com a participação dos deputados Fernando Gabeira (PV) e Hélio Bicudo (PT), presidentes das comissões de meio ambiente e direitos humanos, respectivamente.

O deputado também prometeu procurar em Brasília o chefe do escritório do Banco Mundial (Bird) no Brasil, Robert Schneider, para relatar a situação na terra indígena. É que a preservação da reserva foi uma das cláusulas escritas, em contrato, para a liberação dos recursos do Prodeagro (Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso) pelo banco, no valor de R$ 205 milhões, em 92.

O governo do Estado comprometeu-se a retirar os invasores da área _ o que ocorreu na época _, mas não tomou providências para manter em funcionamento as barreiras de vigilância. Elas foram abandonadas com o passar do tempo, possibilitando o retorno dos invasores.

As ONGs Opan (Operação Amazônia Nativa), Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Grupo de Trabalho Missionário Evangélico e Instituto Trópicos sugeriram ao deputado Viana que articule o apoio do Congresso para averiguar e denunciar o abandono da reserva por parte do governo federal. O problema, segundo antecipam os próprios ambientalistas, é a época das festas de final de ano. (RV)

Reunião de amanhã pode definir retirada

Do Enviado Especial

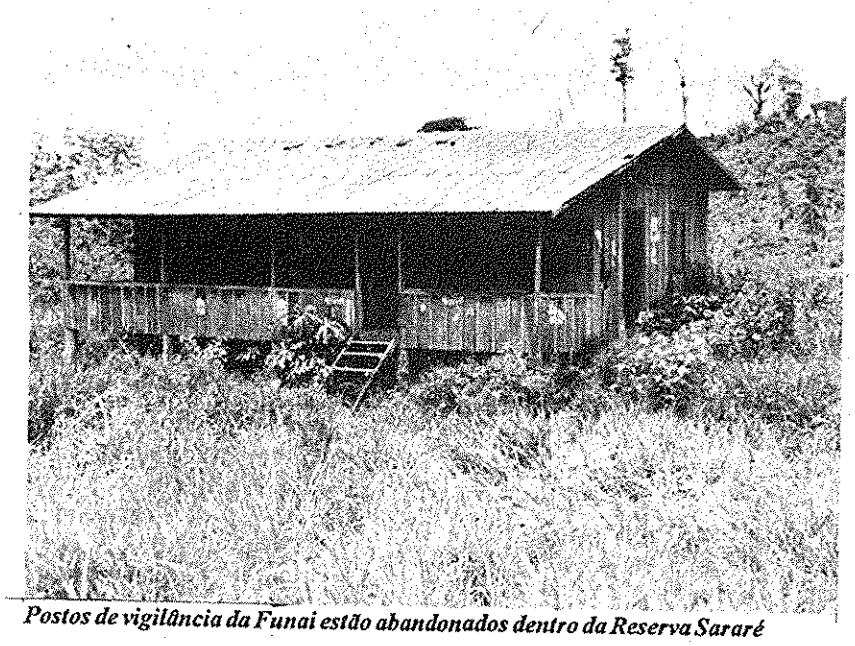
A operação de desintrusão da Reserva Sararé continua sem data marcada, após o cancelamento da reunião da última sexta-feira, entre o ministro da Justiça, Nelson Jobim, o presidente da Funai, Júlio Gaiger, e o administrador da Funai em Cuiabá, Ademir Gudrin. O ministro cancelou o encontro sem maiores explicações.

A assessoria do ministro informou apenas que o Palácio do Planalto havia chamado Jobim para uma reunião, sem especificar o motivo. Nova reunião está marcada para amanhã, no gabinete do ministro em Brasília.

Já se passaram mais de 30 dias desde a primeira reunião entre os diversos órgãos envolvidos no plano de desintrusão da área, como Funai, Ibama, Polícia Federal, Pnud, Procuradoria da República, Fema e Secretaria de Segurança Pública.

Uma das conseqüências do atraso na ordem de desintrusão é que os órgãos já estão obrigados a reavaliar todo o plano. A situação, em um mês, alterou-se dentro da reserva, e a Polícia Federal deverá ter que fazer novos cálculos, para permitir o pagamento de diárias, transporte e alimentação dos agentes envolvidos. O primeiro plano previa o gasto de R$ 300 mil só pela Polícia Federal, que empregaria 120 agentes.

José Luiz Medeiros



Postos de vigilância da Funai estão abandonados dentro da Reserva Sararé

O plano de desintrusão prevê a construção de um posto de vigilância permanente, para tentar evitar o retorno dos garimpeiros e madeireiros. Outras duas guaritas nas principais vias de acesso à reserva (ambas usadas hoje por garimpeiros e madeireiros) deverão ser recuperadas pela Funai. A Polícia Militar deverá ficar responsável pela manutenção da vigilância nas duas casas.

As ONGs ambientalistas, como o Cimi, querem que a retirada dos invasores não se restrinja à mera operação policial, mas venha acompanhada de uma série de medidas, tanto de proteção aos índios, quanto de atendimento aos garimpeiros.

O coordenador do Cimi, Sebastião Moreira, acredita que o governo também precisa tomar medidas para dar um "tratamento digno" aos garimpeiros retirados, que também são "vítimas da crise e do desemprego no País". "A situação deles é totalmente ilegal, mas é preciso dar a eles projetos alternativos de sobrevivência", afirma. (RV)

Leia mais sobre Sararé na pág. B2

Indigenistas são ameaçados anonimamente

Do Enviado Especial

Dois indigenistas envolvidos na defesa dos direitos dos índios receberam ameaças neste final de semana, em Cuiabá, através de telefonemas anônimos. Um dos ameaçados, o assessor de gabinete do administrador da Funai em Cuiabá, Ariovaldo dos Santos, já morou e é um dos maiores conhecedores da Reserva Sararé. Ele atribui as últimas ameaças ao seu trabalho na luta pela preservação da reserva.

Santos estava em casa, às 12h35 de sábado, quando recebeu um telefonema de um desconhecido _ aparentemente com voz de mulher _ dizendo que ele estava marcado para morrer, na manhã do domingo. Ele imediatamente procurou a polícia para denunciar a ameaça.

Santos é quem esteve na reserva há cerca de 10 dias para levantar a extensão das agressões sofridas pelos nhambiquaras durante uma ataque de madeireiros.

O indigenista Sebastião Carlos Moreira, coordenador do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), também recebeu um telefonema ameaçador no sábado. A voz também parecia de uma mulher. O interlocutor ofendeu Moreira e desligou o telefone. (RV)